



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

23ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional

Data: 07 de novembro de 2023 - 9:00 às 13:00

Local: Bloco B, sala de reunião 824 - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Participantes

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

- Marina Silva

Membros da Comissão Tripartite Nacional

MMA

- João Paulo Capobianco, Secretário Executivo
- Anna Flávia de Senna Franco, Secretária Executiva Adjunta

IBAMA

- Isabela Rodas Messias, Assessora da Presidência do IBAMA

ICMBIO

- Marcelo Marcelino de Oliveira, Presidente Substituto do ICMBio

ABEMA

- Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - Sema
- Thomaz Miazak de Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb
- Eduardo Mendonça Sodré Martins, Secretário de Meio Ambiente da Bahia
- Isis Rafaela Rodrigues da Silva (Rafaela Camaraense), Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba - Sema

ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, Presidente da Anamma Nacional
- Luís Marcelo Marcondes Pinto - Reitor do Instituto Anamma
- Welison de Araújo Silveira, Coordenador Nacional do Fórum CB27 e Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa/PB

Convidados

- Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, SQA/MMA
- Magna Helena de Almeida, Secretária Executiva da Abema
- Vanessa Negrini, Diretora, DPDA/SBIO/MMA
- Isis Akemi Morimoto, DEA/SECEX/MMA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Equipe DSISNAMA/SECEX/MMA

- Marcela Moraes, Diretora
- Maria Mônica Guedes de Moraes, Coord. Geral do SISNAMA
- Júlia Lopes Martins, Coord. Geral do CONAMA
- Pablo Villanueva, Analista Ambiental
- Marco Aurélio Belmont, Analista Ambiental
- Priscila Lopes Soares da Costa, Analista Ambiental
- Henrique Diniz Gebrim, Agente Administrativo
- Nicolý Medeiros de Araújo, Estagiária

Pauta

1. Definição de agenda prioritária para deliberação pela CTN, a partir de temas propostos pelos entes na 22ª Reunião.
2. Integração de informações dos entes federados: apresentação sobre o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental – PNLA.
3. Governança federativa: recomendação sobre a criação de comissões tripartite estaduais.
4. Informe sobre a criação e andamento dos Grupos de Trabalho - GTs da CTN.
5. Informes.

Abertura

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

- A Ministra cumprimentou a todos os presentes, manifestando satisfação pela realização de mais uma reunião da Comissão Tripartite Nacional. Destacou que é na Comissão Tripartite Nacional que se realiza a diretriz do Ministério do Meio Ambiente de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), fundamental para a efetivação do desenvolvimento sustentável. A ação integrada entre União, Estados e Municípios oferece as bases para o trabalho de gestão compartilhada.
- Mencionou a necessidade de articulação das esferas federativas para participar da COP 28 Clima, inclusive para pensar em qual o legado que a COP deixa em cada Estado e em cada Município. Lembrou que o Brasil presidirá o G20 e está fechando acordo com o Mercosul. É necessário pensar quais oportunidades se abrem nestes espaços para a agenda de meio ambiente.
- Destacou que a Mudança Climática deve ser enfrentada conjuntamente. O MMA está trabalhando na criação de um plano de prevenção e enfrentamento aos efeitos dos eventos climáticos extremos. Terá uma linha emergencial, fortalecendo a capacidade de defesa civil, de sistemas de alertas locais. Foram identificados 1038 municípios sujeitos a eventos extremos. Será também criado o Conselho Nacional de Segurança Climática (Consec) – com conselhos estaduais e municipais, para ser pensado como um sistema.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Com relação aos impactos e legados que estão sendo trabalhados pelo governo, ressaltou a transversalidade – hoje são 20 Ministérios trabalhando a agenda de desenvolvimento e meio ambiente – e a liderança da agenda: uma agenda transversal precisa ser liderada pelos governadores e pelo Presidente da República. O Presidente Lula está dizendo que mudança climática é uma prioridade, está dizendo que vai ser desmatamento zero.
- Por fim, informou sobre os preparativos para a Conferência Infanto Juvenil do Meio Ambiente e a Conferência Nacional do Meio Ambiente, sendo importante a participação das instâncias de governo presentes (por meio de Abema e Anamma) na articulação dos eventos.

João Paulo Capobianco - Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

- Deu as boas-vindas a todos e fez a leitura dos pontos de pauta.
- Reforçou o entendimento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sobre a fundamental relevância das comissões tripartites, nacional e estaduais, para a articulação do Sisnama e da Política Nacional do Meio Ambiente, envolvendo todos os entes federados.
- Destacou a importância dessa integração diante dos enormes desafios a serem enfrentados. Lembrou a situação de Manaus, que esteve sufocada em fumaça e enfrentava uma tempestade de areia. Uma cidade no meio da maior floresta tropical do planeta, vivendo uma situação extremamente alarmante – existem cenários muito preocupantes em termos do agravamento dos eventos climáticos extremos.
- Falou sobre a necessidade de discussão sobre o licenciamento ambiental e a pressão no Congresso Nacional para alteração da legislação. Essa é uma agenda complexa para quem vai operar o sistema.
- Destacou que o sistema ambiental tem poucos recursos e sempre que os entes puderem trabalhar em sinergia o resultado será melhor. Quando a sociedade percebe a ação do poder público sendo feita de forma integrada, coerente, com o mesmo sinal repassado pelos vários entes, com a mesma mensagem, isso tem um efeito muito importante no chão, no campo, na realidade.
- Informou que quem presidirá a reunião será a Mauren Lazzaretti, Presidente da Abema, atendendo ao princípio da rotatividade da Comissão Tripartite Nacional.

Mauren Lazzaretti - Presidente da Abema e Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - Sema/MT

- A Presidente da Abema iniciou sua fala destacando a alternância da presidência da reunião da Comissão Tripartite Nacional, prática que torna a 23ª CTN um momento especial para os órgãos que compõem o SISNAMA, especialmente tendo em vista o compromisso comum entre os entes federativos para a promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo justiça ambiental e social.
- Manifestou solidariedade aos estados do Amazonas e Rio Grande do Sul que enfrentam eventos extremos em decorrência da mudança climática.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Destacou, além do licenciamento, a importância do tema da regularização fundiária e do CAR (Cadastro Ambiental Rural), fundamental para a agenda de combate aos ilícitos ambientais.
- A presidente concluiu sua fala destacando a importância da tripartite para a integração dos entes federativos e da alternância na presidência como forma de fortalecer o diálogo entre eles.

Foi aprovada a ATA da última reunião da Comissão Tripartite Nacional (22ª CTN).

1) Apresentação de proposta de temas de discussão e forma de deliberação da Comissão Tripartite Nacional (Documento SEI nº 1482039).

Durante a 22ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional, realizada em 15 de agosto de 2023, foram apresentadas, pelos representantes dos três entes federativos, sugestões de temas para discussão. Diante dos temas sugeridos, o Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama (DSisnama) propôs à Comissão Tripartite Nacional que a organização das discussões e deliberação pela CTN se dê da seguinte forma:

- a) Organização dos temas de discussão em 3 eixos prioritários: Governança federativa; Integração de informações; e Padronização de procedimentos.
- b) Apresentação de propostas de discussão na forma de minutas de recomendação aos entes federativos;
- c) Deliberação pela CTN, por consenso, na forma de recomendações aos entes federativos.

A proposta de organização dos temas apresentada foi aprovada, com algumas complementações. Seguem abaixo os destaques das modificações e complementações sugeridas e a tabela consolidada.

- **Marçal Cavalcante (Anamma)** - O sistema SINIR tem uma complexidade excepcional na formulação dos dados de resíduos sólidos. Se nós pudéssemos implementar essas ações de licenciamento com o mesmo propósito daquele site do SINIR, para que os Municípios pudessem se cadastrar, colocar seus licenciamentos. O Estado coordenando essas ações como nós fazemos.
- **Mauren Lazzaretti (Abemma)** - Eu iria fazer um pedido de aprimoramento, de que na padronização de procedimentos, quando a gente tratar do licenciamento ambiental, a gente deixe geral, porque acredito que nós tenhamos aprimoramentos a serem feitos nos três níveis.
- **Anna Flavia Senna (MMA)** - Gostaria de fazer um comentário em relação ao termo “padronização de procedimentos”. Talvez pudesse ser mais “harmonização de procedimentos”, porque a padronização é uma coisa mais forte.
- **Mauren Lazzaretti (Abemma)** - Podemos deixar os dois, porque efetivamente pode haver a padronização, mas em outros casos, não é ela que vai determinar a nossa atuação, e sim a harmonização. Formação de gestores municipais, nós temos a capacitação dos gestores em outros níveis. Talvez deixar um pouco mais geral, não só municipal.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Marçal Cavalcante (Anamma)** - Esse tema específico foi posto por nós para pedir essa formação de gestores municipais, que nós temos muita divergência em alguns Municípios que não têm qualificação e querem licenciar. Mas nada que não possa acrescentar. Então, essa questão aqui da capacitação, ela passa muito por isso, para que nós possamos qualificar mais Municípios, para que possam operar, conjuntamente com os Estados, as ações de fiscalização, de implementação de educação ambiental e de todas as outras políticas públicas, para que, efetivamente, o SISNAMA possa existir.
- **Mauren Lazzaretti (Abemma)** - Então, acho que, se nós deixarmos ela mais ampla, podem vir propostas específicas, mas atenderá ao que o objetivo principal, no caso aqui de quem sugeriu inicialmente o tema, que é da Anamma, de formar gestores municipais. Ou nós colocarmos formação de gestores e agentes ambientais, porque aí nós podemos incluir os conselheiros, gestores e agentes.
- **Marcelo Marcelino (ICMBio)** - Eu vi aqui que na esteira que você colocou, tem os planos de biodiversidade, que eu acho que está genérico, mas eu acho que nesse momento há dois tópicos que eu acho importante a gente destacar, buscar uma padronização. Um é a questão de enfrentamento a epizootias, no caso a gripe aviária, não é, que nós temos no Sul. A situação que a gente tem, há diversos protocolos que precisam ser padronizados. A outra questão que no Nordeste, realmente é algo grave em todo o Brasil, que é a questão de enfrentamento também do controle de espécies exóticas invasoras. Questão que perpassa todo o país, mas nesse momento a questão do peixe leão nas praias do Nordeste é algo que precisa enfrentar com clareza.
- **Anna Flavia Senna (MMA)** - Na linha do que o Marcelo colocou, a gente percebe que se formos trabalhar todas as agendas que nós teríamos que alinhar, seria quase um mundo de questões. Então, eu acho que o importante do foco agora é a gente buscar priorizar os temas centrais, assim, os desafios iniciais, porque muito provavelmente, ao avançarmos em uma primeira etapa, a gente vai abrir uma janela para muitas outras temas e providências e alinhamentos que teremos que fazer para o futuro.
- **Marcelo Marcondes (Anamma)** - Nós estamos preparando um curso de governança ambiental para ser lançado no início do próximo ano, provavelmente entre fevereiro e março. E é um curso voltado a gestores. E esse curso converge com o que foi dito aqui, por todos os colegas, sem nominar. E o encaminhamento que eu faço é que a gente una esforços. Dessa forma, nós podemos oferecer a todo o público esse curso.
- **Isis Morimoto (DEA/MMA)** - Sou do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania, aqui do Ministério do Meio Ambiente. E só para fazer uma parte, porque também estamos conversando com o DSisnama e com a Anamma, para a retomada dos PNCs, do Programa Nacional de Capacitação de Gestores.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Eixo	Objetivo	Exemplo de temas
Governança federativa	Formular estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e das entidades que compõem o Sisnama	<ul style="list-style-type: none">- Comissões Tripartites Estaduais- Conselhos de Meio Ambiente- Financiamento do Sisnama- Formação para agentes e gestores ambientais- Pacto Federativo pelo Desmatamento Zero
Integração de informações	Formular propostas para a ampliação e melhoria da integração de informações entre os entes federativos	<ul style="list-style-type: none">- Cadastro de Unidades de Conservação- Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA)- Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor)- Sistema de Licenciamento para Municípios, em plataforma coordenada pelos estados, nos moldes do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)
Harmonização e padronização de procedimentos	Formular propostas de padrões nacionais para implementação de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none">- Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) - transferência para municípios- Licenciamento ambiental- Agenda Climática Integrada- Planos de biodiversidade e planos de emergência- Gestão da fauna- Acompanhamento do CAR e PRA- Gestão de Resíduos e Logística Reversa

2) Integração de informação de entes federados - apresentação sobre o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental – PNLA

A apresentação foi feita por Mônica Guedes (Coordenadora Geral do Sisnama - DSISNAMA/SECEX/MMA).

- O PNLA é uma ferramenta de divulgação sobre o licenciamento ambiental no país. Permite acesso a informações sobre licenças ambientais nos âmbitos federal e estadual.
- Tem importante papel no fortalecimento das tomadas de decisões e das políticas de meio ambiente. Auxilia na consolidação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA.
- O PNLA acessa banco de dados de todos os Estados, exibindo a informação em tempo real. O portal exibe todas as informações sobre o licenciamento disponíveis nos bancos de dados.
- Concomitante ao Portal, foi elaborada a publicação “Procedimentos de Licenciamento Ambiental” pelo Ministério do Meio Ambiente, cuja atualização está em andamento.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Questões a serem solucionadas:

- 7 estados não estão atualizando a conexão com o PNLA em tempo real.
- 3 estados não possuem sistema de licenciamento.
- Não existe padronização nos códigos de atividades licenciáveis entre a União, Estados e Municípios.

Propostas:

- Criar a possibilidade de inclusão dos processos de licenciamento dos municípios.
- Criar resolução CONAMA, contribuindo para a institucionalização do PNLA e a padronização da classificação de atividades licenciáveis em âmbito nacional.
- É necessário auxiliar os Estados e Municípios que não estão no Portal, fornecendo os insumos que são essenciais para integrá-los e garantir no Portal as informações mínimas em relação às licenças, visando a transparência e integração de informações.
- Presidente da Abema indica que buscará informações em relação a perspectiva de integração de informações dos estados do Amapá, Rondônia e Roraima.
- A Abema, em conjunto com Anamma, está em fase de consulta aos Estados sobre quantos municípios atualmente emitem licenças ambientais, buscando identificar o cenário do licenciamento municipal nacional (quais as modalidades de operacionalização dos municípios, capacidades instaladas e quais os sistemas operados).

3) Governança federativa - recomendação sobre a criação de Comissões Tripartite Estaduais

- A Abema sugeriu a elaboração de um roteiro com passo a passo para orientar os Estados na constituição de uma comissão tripartite estadual. A Abema se comprometeu a internalizar o documento junto aos associados e acompanhar a criação de todas as comissões. O DSisnama elaborará uma minuta de roteiro.
- Os Estados e a Anamma indicarão os representantes para formação das Comissões Tripartites Estaduais e para a Bipartite Distrital, de acordo com a Portaria MMA nº89/2022, no prazo de 10 dias.

4) Informes

A. Informe sobre a criação e andamento dos Grupos de Trabalho (GTs) da CTN

Na 22ª reunião da CTN houve a proposta de criação de 3 Grupos de Trabalho (GTs): “Resíduos Sólidos e Logística Reversa”, “Integração de Mosaicos nas Unidades de Conservação” e “Desmatamento Zero”.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **GT Resíduos Sólidos e Logística Reversa**

- O GT se reuniu e já houve uma ampliação da representação. Anamma - 1 representante dos municípios por região; Abema - 2 por estado (sendo um representante vinculado ao tema de resíduos/logística e outro vinculado ao tema licenciamento ambiental).
- O GT está trabalhando com o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), buscado bases para unificação do sistema;
- Serão realizadas reuniões regionais e uma reunião final para apresentação de resultados.

- **GT Integração de Mosaicos nas Unidades de Conservação**

- Está sendo proposta uma primeira reunião para o final de fevereiro de 2024. Deve avançar com um grupo enxuto, com um representante de cada Ente Federativo como ponto focal, para que organize reuniões que possam envolver as instâncias deliberativas, os Secretários estaduais e municipais.

- **Desmatamento Zero**

- Neste momento, ao invés de um GT, a sugestão do Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, André Lima, é de que a Comissão Tripartite Nacional se torne o espaço de articulação federativa desta discussão – cumprindo o papel do Núcleo de Articulação Federativa (NAF).
- Serão propostas pautas para as reuniões e seminários específicos para tratar dos planos de cada bioma. Existe o plano de organizar um seminário sobre o tema no começo do ano.

B. Informe do Departamento de proteção, defesa e direitos animais (MMA)

- 90% das demandas do Departamento foram retiradas das reuniões realizadas com a sociedade civil, com destaque para o programa de controle populacional ético de cães e gatos.
- Foi finalizada a minuta do Decreto presidencial instituindo o Programa Nacional de Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos.
- Reprodução do vídeo mostrando a ideia do programa, com ênfase em:
 - controle e manejo de populacional animal;
 - capacitação técnica dos municípios;
 - senso e registro dos animais;
 - educação para os direitos animais e guarda responsável;
 - proteção de animais comunitários e participação popular.
- O Programa será financiado por dotações orçamentárias da União e pelo fundo de proteção, defesa e direitos animais.
- A Secretaria manifesta disposição de dialogar com Abema e Anamma para o estabelecimento de prioridades a respeito da pauta.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

C. Informe da Secretaria Nacional de Bioeconomia (MMA)

- Foi iniciado o processo de regulamentação da lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A política prevê a instituição de um arcabouço de governança do programa nacional de pagamentos por serviços ambientais. Previsão da instituição de câmaras técnicas para a coordenação e temas pertinentes a PSA. Até o mês de dezembro a Secretaria incluirá na plataforma do “Participa Mais” consulta pública sobre o tema.
- A Secretaria de Bioeconomia enviará a data da consulta pública sobre o decreto da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais para Abema e Anamma.

D. Informe da Secretaria Nacional de Qualidade Ambiental (MMA)

- Encontro sobre monitoramento da qualidade do ar na região amazônica. Realizado em conjunto com o Instituto Ar. O Secretário informou o objetivo de instituir uma rede de monitoramento da qualidade do ar.

E. Informe da Secretaria Nacional de Biodiversidade (MMA)

- Workshop sobre Planos de Biodiversidade - acontecerá entre os dias 21 e 23 de novembro. Objetivo do evento: trabalhar a estratégia e os planos de ação nacional e estaduais de biodiversidade (EPANB). A Secretaria de Biodiversidade fornecerá maiores informações sobre os Planos de Biodiversidade no workshop, e caso haja necessidade, a CTN criará o GT.

F. Informe da Anamma

- Convida para o fórum Brasil de gestão ambiental nos dias 22 a 24 em Serra Negra-SP.

Encaminhamentos

Responsáveis	Ações
Todos os membros da Comissão Tripartite Nacional	Encaminhar ao DSisnama propostas a serem discutidas na Comissão Tripartite Nacional, na forma de recomendações, a partir dos eixos e temas definidos como prioritários.
Abema	Portal Nacional do Licenciamento Ambiental - Detalhar a situação dos estados que não estão integrados em tempo real e dos 3 estados que não tem sistema integrado ao Portal.
Abema e Anamma	Apresentar levantamento sobre os municípios que licenciam - sistemas, consórcios, base da codificação das tipologias do licenciamento (CNAE/CTF, outros), e os desafios para aqueles que não tem sistema.
MMA, Abema e Anamma	Apresentar as indicações para as Comissões Tripartites Estaduais no prazo de 10 dias.
DSisnama	Compartilhar apresentação sobre o PNLA com os membros da CTN.
	Elaborar proposta de manual sobre a instituição das tripartites estaduais.
Ibama	Apresentação sobre o “estado-da-arte” da TCFA, a arrecadação, o funcionamento com os Estados e suas peculiaridades.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Próximas reuniões ordinária da CTN

- **05 de março de 2024**
- **11 de junho de 2024**
- **27 de agosto de 2024**
- **26 de novembro de 2024**

Reuniões sempre realizadas na véspera das reuniões ordinárias do CONAMA, e caso haja necessidade de reuniões extraordinárias, estas poderão ser realizadas através de videoconferência.